



O “resgate” das plantas medicinais para “retirar” as mulheres de casa: a experiência* da Comissão Saúde e Alimentação do Polo Sindical da Borborema, na Paraíba

*The “reintegration” of medicinal plants as
a “call” for women to go beyond household
chores: the experience/experiment* of the Committee
of Health and Nutrition of the Union Hub in
Borborema, Paraíba*

Mariana Leal Rodrigues

mariana.rodrigues@unirio.br

Professora adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da Unirio. Doutora em Ciências Sociais pelo PPCIS/ UERJ.

RESUMO

No agreste da Paraíba há centenas de grupos de mulheres voluntárias comprometidas com o “resgate” de saberes tradicionais sobre cuidados com a saúde por meio de plantas medicinais. Esses grupos são majoritariamente formados por mulheres que produzem preparações medicamentosas, suplementos alimentares, sabonetes e pomadas, vendidos a preço de custo ou doados. Elas se organizam em comissões nos sindicatos de trabalhadores rurais do Polo Sindical da Borborema, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares locais. Elas promovem oficinas, encontros e visitas mútuas para difundir o uso de plantas medicinais, motivadas não só pela solidariedade, mas pelo compromisso de não deixar esse conhecimento ser vencido pelo tempo, assim como outros saberes tradicionais na agricultura familiar. As atividades envolvendo troca de saberes sobre plantas medicinais têm motivado a maior participação feminina nos sindicatos da região e ampliado o debate sobre a desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Conhecimento Tradicional. Gênero.

ABSTRACT

In the semiarid region of the state of Paraíba, there are hundreds of groups of women who voluntarily commit themselves to reinstate traditional knowledge on health care with medicinal plants. Those groups produce medicinal preparations, food supplements, soaps and ointments. They organize into committees within rural workers' unions seeking to improve workshops, meetings and interchange visits aiming to spread the use of medicinal plants. They are motivated not only by solidarity, but by a commitment to not let this knowledge become lost in time, as well as other traditional knowledge on family farming. Activities involving the exchange of knowledge on medicinal plants have motivated greater female participation in trade unions in the region.

Keywords: Medicinal plants. Traditional Knowledge. Genre.





Introdução

No agreste paraibano, grupos organizados de trabalhadoras rurais, filiados aos sindicatos do Polo Sindical da Borborema, realizam ações que identificam como o “resgate”¹ e a preservação de saberes sobre a produção de remédios à base de plantas medicinais. O Polo reúne os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de quinze municípios do agreste paraibano². As atividades de difusão e troca de conhecimentos sobre plantas medicinais são protagonizadas, sobretudo, por mulheres, e não estão restritas à região. Há experiências semelhantes em diversos estados brasileiros, entretanto, esta experiência apresenta algumas particularidades, como a forte presença da discussão sobre igualdade de gênero e a reivindicação pela visibilidade e pelo reconhecimento do trabalho feminino na agricultura familiar.

Metodologia

Os dados aqui apresentados foram reunidos durante os vinte e cinco dias em que coabitei com duas informantes, Maria Inês e Maria Isabel, moradoras das áreas rurais dos municípios de Massaranduba e Solânea, na Paraíba, respectivamente. Por meio da observação participante pude acompanhar suas atividades cotidianas, sempre utilizando uma câmera de vídeo ou fotografias como ferramenta de registro³. Minha aproximação com as duas agricultoras aconteceu por meio de um contato iniciado com a organização não governamental AS-PTA (Assessoria e Serviços em Projetos de Agricultura Alternativa) e foi intermediado pelas integrantes da Comissão de Saúde e Alimentação do Polo Sindical da Borborema, que acolheram meu pedido e sugeriram as agricultoras para a realização da pesquisa.

Além da convivência cotidiana com essas mulheres, pude acompanhar um encontro do Polo Sindical, onde se reuniam as lideranças de cada município para debater os temas relativos aos projetos de desenvolvimento local, como a difusão do uso de plantas medicinais. Outras pessoas que fazem parte da rede de relações e reciprocidade dessas mulheres também forneceram informações importantes a respeito da circulação desses saberes na região por meio de entrevistas. De modo que os dados coletados em Massaranduba e em Solânea são oriundos de minhas principais informantes e de outras mulheres e homens de suas comunidades.

Esse breve estudo etnográfico realizado no agreste paraibano está inserido em uma pesquisa⁴ mais ampla sobre a transmissão do conhecimento sobre uso de plantas medicinais, cujo objetivo foi comparar as formas de transmissão entre os grupos da Paraíba e os grupos de mulheres da Rede Fitovida, no Rio de Janeiro. Esta associação, formada majoritariamente por mulheres em mais de cem grupos de todo o estado, começou a se formar em 2001, reunindo e articulando grupos em encontros e visitas mútuas. Em 2006, deu-se início ao pedido de reconhecimento destes saberes como patrimônio cultural imaterial e realizou, com o apoio do IPHAN, o Inventário Nacional de Referências Culturais, uma das etapas do processo de tombamento. Assim como na Paraíba, os grupos da Rede Fitovida produzem preparações medicamentosas com plantas medicinais, suplementos alimentares (como a multimistura), sabonetes e pomadas que são vendidos a preço de custo ou doados. Entretanto, enquanto a experiência paraibana do “resgate” das plantas medicinais está inserida em atividades de fortalecimento da agricultura familiar, a fluminense se caracteriza por enfatizar os aspectos culturais dessas práticas curativas. Ambas contam com o apoio da AS-PTA e as formas de transmissão individuais e coletivas são muito semelhantes. Destaco como diferencial a presença da discussão sobre





desigualdade de gênero em meio aos grupos que participam das atividades de cultivo e manejo das plantas medicinais na Paraíba, e sua ausência desse debate entre os grupos fluminenses.

O “resgate” dos conhecimentos tradicionais sobre cuidados com a saúde: o papel dos STRs, das ONGs e da Comissão Saúde e Alimentação

“Futuramente, quando esses mais velhos pararem, morrerem, não tem quem faça mais o lambedor, não tem quem faça uma garrafada, um sabonete para sarna, essas coisas. O sabonete de aroeira é receitado até pelo médico para coceira, mas o povo não quer fazer, não se interessa. E, se esses mais velhos morrerem, quem é que vai fazer? Vai acabando a cultura” (Dona Maria Inês).

O trabalho com plantas medicinais está inserido em um amplo projeto de desenvolvimento local, baseado no fortalecimento da agricultura familiar⁵, colocado em prática pelos sindicatos do Polo e por organizações parceiras. Os STRs organizam e estruturam essas experiências a partir de um modelo de produção baseado na diversidade de culturas alimentares: a agroecologia.

“A agroecologia é muitas vezes apresentada como um modelo “alternativo” capaz de conciliar produção agrícola, melhor conservação dos recursos renováveis e fortalecimento da agricultura camponesa. Entretanto, a agroecologia, que se nutre de algumas disciplinas científicas, ganha corpo a partir de um campo de conhecimento contextualizado, pois se baseia na valorização dos saberes locais, nas experiências das comunidades de base e na análise dos potenciais dos agroecossistemas” (PIRAUX; SILVEIRA; DINIZ; DUQUE, 2012, p. 5).

Os recursos necessários para viabilizar os projetos são oriundos de fontes como a cooperação internacional (na qual se incluem agências e organizações não governamentais internacionais); programas governamentais (como o P1MC – Programa 1 milhão de cisternas); projetos sociais financiados por grandes empresas (como a Petrobras); fundos comunitários geridos pelos trabalhadores rurais⁶; e o emprego da própria força de trabalho em regime de mutirão⁷ para a construção de barragens, poços de pedra e cisternas de placa para armazenar água da chuva, entre outras benfeitorias. Essa estratégia de atuação é baseada em dois eixos: a inovação agroecológica e o foco em políticas públicas (SILVEIRA; FREIRE; DINIZ, 2010, p. 16) que começou a ser definida no final dos anos 1990 e ampliada a partir da criação do Polo Sindical da Borborema.

A região do agreste paraibano tem sido cenário de experiências consideradas bem-sucedidas em agroecologia.

“No Brasil, muitas experiências de transição agroecológica podem ser consideradas exitosas e consolidadas, como no caso do semiárido. Isto é, nos últimos vinte anos, organizações locais experimentam um modelo de desenvolvimento com base na agroecologia. São experiências que levantaram a bandeira da crítica ao modelo predominante da Revolução Verde e seu viés produtivista, bem como sua lógica do “combate à seca”, para um modelo de desenvolvimento agroecológico baseado na “convivência com o semiárido”. Isso muda o padrão de intervenção do Estado que, por sua vez, privilegiava, por um lado, as grandes infraestruturas hídricas, tanto para projetos de irrigação, como para o abastecimento de água, de forma concentrada; e, por outro, o carro-pipa como





estratégia de abastecimento difusa no âmbito local” (PIRAUX; SILVEIRA; DINIZ; DUQUE, 2012, p. 5).

O projeto de desenvolvimento no qual apostam os sindicatos integrantes do Polo Sindical da Borborema está baseado na ideia de “convivência com o semiárido”, por meio de estratégias de adaptação que permitam o fortalecimento da produção da agricultura familiar para o autoconsumo⁸ e a comercialização de parte da produção. A ideia de “convivência com o semiárido” está baseada em três eixos: o fortalecimento da organização produtiva do pequeno agricultor; a valorização de suas tecnologias e demais saberes tradicionais; e uma nova relação homem-natureza (GONÇALVES, 2011, p. 257). Esse conjunto de ações se constitui em oposição à ideia do “combate à seca”, e busca, nas formas tradicionais de cultivo, as soluções necessárias para o combate à pobreza e à fome.

O sítio de dois hectares onde vive Dona Maria Inês, 52 anos, com cinco de seus seis filhos e o marido Antônio, é um exemplo do resultado da “transição agroecológica”⁹. A terra é herdada, ela foi a única dos quatro irmãos que ali permaneceu. Sua história de vida é contada relembando episódios extremamente difíceis, a orfandade materna, a viuvez precoce e a responsabilização pelo cuidado das tias idosas e cegas, a origem de seus primeiros aprendizados sobre remédios caseiros e uso de plantas medicinais. Ao lado de seu atual marido, experimentou as diversas formas de trabalho precário na agricultura na região, trabalharam “alugados” (recebendo diárias por serviços na terra de outros proprietários). Foi a partir de sua aproximação e de sua família com o STR de Massaranduba, na qual os mutirões de produção de remédio tiveram um importante papel, que as plantas medicinais ganharam maior espaço. O ponto de partida foi a construção das cisternas para armazenamento de água da chuva.

“Um dia, fui pagar meu sindicato e tinha uma comissão de mulheres fazendo remédio, sabonete para coceira, xarope para tosse, e me convidaram. Falaram que se eu tivesse alguma planta medicinal levasse pra gente fazer remédio. Aí, levei saião, a casca do cajueiro roxo, a raspa do juá, o melão de São Caetano, um mato chamado salsa para sarna. E cheguei lá, cada uma havia trazido outras coisas. Combinamos, fizemos e deu certo. Nessa época, tinha muita criança doente. Ficaram boas com o lambedor. (...) A gente fazia multimistura, e ainda hoje fazemos. Distribuímos para as crianças necessitadas na associação e para as mulheres grávidas desnutridas. Está dando certo. Continuo plantando plantas medicinais e sempre que alguém me procura para fazer o lambedor, eu faço. Para curar um ferimento, eu indico o saião, que é muito bom. Acho bom porque a gente se envolve bem, conhece pessoas que a gente não conhecia, a gente leva experiência e ganha experiência. E achei ótimo. Começou há uns 20 anos. Antes no sindicato, a gente só ia lá pagar, não tinha nada para aprender, não tinha nada para ensinar” (Dona Maria Inês).

O trabalho com as plantas medicinais começou a partir de experiências locais em Solânea e Lagoa Seca, motivando a formação de grupos de mulheres nos demais municípios e a construção de uma representação no Polo Sindical: a Comissão Saúde e Alimentação. Majoritariamente composta por mulheres, a Comissão costuma se reunir mensalmente para debater e organizar as atividades relativas aos projetos de melhoramento dos “arredores de casa” implementados pelos STRs. Uma das fontes de inspiração da criação da comissão foi a experiência da Catequese Familiar do município de Solânea. Além de praticarem a catequese propriamente dita, as mulheres também aprendiam a fazer remédios caseiros com plantas, a produzir a multimistura, distribuída como complemento alimentar para o combate à desnutrição. Ao organizar as mulheres para ampliar





o uso de plantas medicinais a cuidados com a saúde, a comissão também discute uma questão central para o projeto de desenvolvimento local na região: o acesso à água e a produção de alimentos ao redor de casa.

“A Comissão de Mulheres de Lagoa Seca e a Catequese de Solânea começaram a mobilizar as mulheres e a mobilizar o conhecimento delas em relação às plantas medicinais. Começaram a se organizar, a entender, a valorizar o conhecimento em relação a essas plantas, mas também preocupados em garantir as plantas nos ‘arredores de casa’. Foi a partir dessas duas experiências que os outros municípios foram se integrando, entendendo como se fazia a multimistura, as oficinas de remédios caseiros, as capacitações. Os outros municípios foram entendendo o papel que essa comissão tem para mobilizar o conhecimento das mulheres, tirar as mulheres de casa, o que não é uma coisa muito fácil. Esse trabalho, hoje, tem resultados e impactos importantes aqui na região” (Léa, presidente do STR de Massaranduba).

Se a possibilidade de aprender a preparar remédios com plantas medicinais atrai novas integrantes aos grupos, essa aproximação pode provocar o interesse de reproduzir a experiência dos “arredores de casa”. É enfatizado o papel familiar da mulher como cuidadora e responsável pela manutenção da saúde e pela alimentação, de forma que este passe a ser o eixo central do trabalho da Comissão. O uso de plantas medicinais entre as trabalhadoras rurais do agreste da Paraíba e o tipo de beneficiamento que recebem ao serem transformadas em produtos (garrafadas, sabonetes, lambedores, xaropes etc.), resultam de interações de saberes de duas diferentes fontes: o que é aprendido em família, a partir da experiência de pais, avós e vizinhos, e o que se aprende em eventos organizados pelos sindicatos para a difusão de tais ensinamentos. Vale ressaltar que embora já fizessem uso de algumas espécies de plantas para cuidar de alguns problemas de saúde, é a partir das atividades propostas pelos STRs que as mulheres ampliam o número de espécies cultivadas e aprendem a fazer os diferentes remédios caseiros.

Esse conhecimento sistematizado é reproduzido em uma série de encontros que fortalece as redes de relações sociais. Vale ressaltar a importância das relações afetivas e de parentesco no campesinato, conforme apontam autores como E. Sabourin (2001), J. Commeford (2004), A. Candido (1964), entre outros. As relações de amizade e parentesco são definitivas na circulação dos saberes sobre plantas medicinais entre as trabalhadoras rurais paraibanas, e são ampliadas por meio das chamadas visitas de intercâmbio de experiências. Por isso, são consideradas, pelas organizações que as promovem, “uma poderosa ferramenta de empoderamento das famílias agricultora¹⁰, colocando o agricultor, e não um técnico ou assessor, como protagonista e capaz de ensinar, o que permite que o aprendizado ocorra de forma prática e “numa mesma linguagem”. Além dessas visitas de intercâmbio, outras formas de aprendizagem coletiva acontecem, por exemplo, em pequenos grupos de diálogo, entre associados dos sindicatos, em associações locais, entre participantes de consórcios para a construção de cisternas, em comissões, e em grupos familiares, cuja motivação pode variar de acordo com cada comunidade. Os sistemas de aprendizagem coletiva¹¹ na região, começaram a ser difundidos entre agricultores familiares desde o início dos anos 80, com o objetivo de superar as limitações ou fracassos do modelo da “revolução verde”¹². As relações de amizade ou afetivas de reciprocidade são aproveitadas para a troca de informações utilitárias (SABOURIN, 2001, p. 53). A sociabilidade é um aspecto central que atribui significado a projetos que podem ser utilizados para, inclusive, ampliar as relações sociais e criar mais espaços e oportunidades de encontro: “a produtividade dos projetos ou das tecnologias é subordinada à sua capacidade de fortalecimento das estruturas de reciprocidade.” (idem).





São muitos os desafios identificados pelas próprias integrantes da Comissão Saúde e Alimentação para dar continuidade ao “resgate” das plantas medicinais. Além daqueles que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar na região, como a irregularidade de chuvas e a infraestrutura precária de armazenamento de água, estão a falta de interesse nas atividades promovidas pelos STRs (por muitas identificadas como perda de tempo ou como “coisas de quem não tem o que fazer”), o desconhecimento das plantas e o medo de utilizá-las.

“A gente já tem vários tipos de plantas e muitas pessoas têm medo de usar, não sabem como usar. O alecrim, não sabem como usar o chá, a quantidade. A malva rosa, muitas têm as plantas e não sabem usar, têm medo. Tem um chá que pode dar para as crianças e elas têm medo de usar. É preciso que a gente trate essa informação, esse incentivo, para poder passar para as pessoas. Na associação participam setenta mulheres que precisam de orientação; por isso, estou aqui participando para levar o conhecimento. Com a chegada dessas cisternas por lá vai fortalecer, porque têm pessoas que nem a água de qualidade têm” (Agricultora em reunião da Comissão Saúde e Alimentação).

Ampliar o número de mulheres nas oficinas e encontros requer intensa participação e disponibilidade daquelas que já possuem experiências bem estruturadas. Uma dessas agricultoras é Dona Maria Isabel (56 anos). Ela é uma das principais referências da região em plantas medicinais e, em seu quintal, possui mais de cento e quatorze espécies. Frequentemente, ela é requisitada pelos vizinhos para indicar e fornecer plantas e até mesmo a produzir remédios caseiros, como xaropes e lambedores. A coleção foi constituída ao longo de quatorze anos, a partir de seu envolvimento em atividades do STR do município, de organizações não-governamentais e da Igreja, por meio de grupos de catequese. Ao avaliar o que conseguiu acumular, de plantas e conhecimentos, ao longo dos anos em que se envolveu com o “trabalho”, Maria Isabel não deixa dúvidas sobre a importância dessas atividades para sua própria percepção enquanto sujeito.

“Esse trabalho das plantas medicinais tem favorecido muitas vidas. Falo que eu, se não fosse ter me envolvido com esse trabalho, eu vivia igual a uma *gata borralheira*. *Era só para trabalhar no roçado e em casa*. E graças a Deus, veio trazer conhecimento não só para mim, mas de minha parte tem me favorecido muito. Eu era uma das que antes já tinha trabalho, mas parei por causa de meu marido. Hoje, ele aceitou, graças a Deus. No início, eu sofri muito, mas hoje tenho muito o que contar, trouxe conhecimento para mim. Mas, graças a Deus, com as benditas mulheres, está indo muito além. Isso é uma graça para nós mulheres. *A gente é reconhecida*, não só por esse motivo de ser reconhecida, mas trouxe conhecimento para nós e tirou nós de uma *prisão em casa*. Porque, muitas vezes, a gente trabalha tanto, não desclassificando vocês homens, mas tem muitos homens que não valorizam o nosso trabalho, e o *nosso trabalho no dia a dia é muito pesado*. Se não fosse a gente ter continuado esse trabalho, não sei o que era de nós. Muitas vezes, desejei até a morte para mim, com tanto problema, mas graças a Deus esse trabalho veio trazer pra mim, é gratificante, e o trabalho da água, no início foi muito difícil, só tinha uma cisterna. Com a cisterna calçadão aumentou o meu benefício e a minha vida. Não digo vida, vidas, são e salva” (Maria Isabel, em depoimento realizado no Encontro do Polo Sindical da Borborema, em julho de 2011).

As dificuldades vão além das intempéries do clima e do domínio sobre o cultivo e uso de plantas, pois são relativas à dinâmica de mobilização das pessoas. Muitas vezes, a motivação acaba sendo associada à possibilidade de acessar benefícios, como a construção de cisternas, e, com isso, promover





melhoria na qualidade de vida, aderindo ao modelo dos “arredores de casa”, que pode ser viabilizado pela participação em fundos rotativos solidários ou até mesmo pela inserção nos projetos governamentais de construção de cisternas. Mas é na hora de “retirar as mulheres de casa” que a desigualdade entre gêneros impõem seus limites.

“Na maioria das vezes, conversando nos encontros, sempre as mulheres falam que a dificuldade maior são os maridos. Porque não querem ficar em casa só, porque não querem fazer comida para a mulher poder passar dois ou três dias fora de casa. Então, a maior dificuldade de tudo isso são mesmo os maridos” (Dona Zue).

“Os de casa sempre reconheciam [minha participação no sindicato], mas os vizinhos se incomodam muito, dizem que a pessoa vai bater perna, ficar na rua sem ter o que fazer, que parece que não tem casa, não tem marido. Mas, se for dar ouvidos aos outros, não faz nada, fica parada sem ir. Tem vizinha que a gente chama e ela diz que isso é para quem não tem o que fazer, que é para mulher desocupada. A gente convida para ir a um encontro e quantas vão? Não vai mesmo. Elas confirmam que vão, mas, se você for esperar para elas irem, você fica o dia todo, atrapalha a sua viagem e não vai. As mulheres não vão de jeito nenhum, acham que não é coisa que sirva, acham que é uma besteira” (Dona Maria Inês).

Ao promoverem a “importância que as plantas medicinais têm para as famílias”, os STRs ligados ao Polo difundem os papéis tradicionais de gênero ao mesmo tempo em que estimulam a participação da mulher no ambiente público, provocando uma problematização das questões relativas à igualdade de gênero e, inevitavelmente, conflitos familiares.

Mulheres no sindicato

Para as ONGs e sindicatos que fazem parte do Polo Sindical da Borborema, a mobilização das mulheres e a construção de sua identidade como trabalhadoras rurais são aspectos importantes dos projetos de desenvolvimento local. A ocupação desses espaços de decisão por mulheres é resultado de anos de construção de legitimidade de lideranças femininas em meio a um universo predominantemente masculino. Essa participação é estratégica para o sucesso do modelo de produção e desenvolvimento escolhido, assim como o incentivo ao debate, e a retomada do cultivo de plantas medicinais é identificado pelos técnicos e integrantes das ONGs como um fator de mobilização das mulheres, um estímulo à aproximação com os sindicatos.

O fortalecimento da participação feminina em espaços políticos, como os STRs, e em projetos produtivos é uma das estratégias de combate à pobreza e à fome na região, implementados em parceria pelos STRs e ONGs e até mesmo representantes do poder público (como a EMATER). Uma vez que a ação das ONGs e STRs na Paraíba também é influenciada por políticas de desenvolvimento globais (como as Metas do Milênio), muitas vezes transversais, e que impõem condições ao financiamento, o papel da mulher no processo de transformação social é elaborado segundo tais diretrizes: igualdade e inserção no mercado de trabalho, apontando para a visibilidade das ações da mulher e seu reconhecimento como agente produtivo.

Conforme ressalta M. J. Carneiro (1994), a presença feminina em movimentos sociais no campo não é um fenômeno recente. Entretanto, é somente a partir da década de 1980 que a condição de gênero ganha maior destaque e a





inserção das mulheres passa a ser independente de maridos ou familiares (CARNEIRO, 1994, p. 11). P. Capellin (1994) reforça a emergência das questões de gênero sobre as questões de classe como um fenômeno que se inicia nos anos 1980 e é acompanhado por uma resignificação do “feminino”.

“Em meados dos anos 80, uma outra dimensão emerge como temário das trabalhadoras urbanas e rurais: os elos e os impasses da articulação entre o mercado de trabalho e a família. A própria autodenominação de muitos grupos “movimentos de mulheres trabalhadoras” é expressão do interesse em manter unidos, na diferença, dois papéis sociais que foram até pouco tempo atrás considerados opositivos aos olhos de um suposto bem-estar da família. Esta autodenominação é sinal também do interesse de repensar algumas imagens do movimento operário que priorizavam a contradição de classe sobre a discriminação de gênero. Assim, a feminilidade é assumida como um conjunto de significados ligados ao exercício de diferentes papéis: de esposa, de mãe ou filha, ao lado da inserção no mercado de emprego” (CAPELLIN, 1994, p. 278).

O Brejo Paraibano, região do semiárido, é parte inerente da história da atuação das mulheres em movimentos de trabalhadores do campo. Em 1973, foi nesse mesmo lugar que viveu e atuou a líder sindical Margarida Alves¹³, eleita para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (um dos sindicatos que atualmente integra o Polo Sindical da Borborema), e reeleita em 1976, 1979 e 1982. Mesmo sem um impeditivo legal, havia resistência dos sindicatos rurais em filiar mulheres e absorvê-las em seus quadros de direção, sendo que uma das alegações era de que a mensalidade poderia prejudicar a renda familiar (CARNEIRO, 1994, p. 12).

A construção da identidade de trabalhadora rural e o reconhecimento da condição desigual da mulher como uma construção social dos papéis de gênero não significou o abandono dos papéis tradicionais de mãe, de cuidadora e de responsável pelo trabalho doméstico. Se, por um lado, na experiência sindical ainda permanecem as contradições entre modelos de emancipação e igualdade e os papéis de gênero tradicionais, por outro, a questão lança luzes sobre um universo subjetivo, o trabalho doméstico e as experiências individuais cotidianas.

Os projetos desenvolvidos pelos sindicatos junto às ONGs apresentam certa ambivalência, pois ao mesmo tempo em que estimulam a participação das mulheres no espaço público, as mantêm restritas aos “arredores de casa”. São elas que fazem a manutenção da água das cisternas (quando não há cisternas, são elas que buscam água, muitas vezes em locais distantes), dos pequenos animais e das hortas. Porém, entre as principais reivindicações das trabalhadoras rurais associadas aos sindicatos do Polo, está o reconhecimento do trabalho feminino, ao invés de qualificá-lo somente como “ajuda ao marido”, conforme podemos perceber no depoimento de Maria Isabel, que é um trabalho pesado e não reconhecido. Para além dos “arredores de casa”, existe a possibilidade de participar de atividades nos próprios sindicatos, como cursos de capacitação, oficinas, reuniões e até serviços remunerados (tal como a preparação de refeições e lanches nos eventos do sindicato, atividades consideradas “femininas”). Entretanto, a ausência do lar costuma ser fonte de conflitos domésticos e na vizinhança. Vencer a resistência de filhos e maridos é um dos maiores desafios enfrentados pelas mulheres trabalhadoras rurais que se envolvem em atividades dos STRs e ONGs. Os conflitos introduzem novas temáticas na medida em que se problematizam o desequilíbrio entre os poderes públicos dos homens e os privados das mulheres.





A mobilização das mulheres e sua participação em movimentos reivindicatórios face às condições socioeconômicas atuais ampliam o coro de demandas dos trabalhadores rurais pelo direito a terra e o acesso à água, a mercados e a modalidades específicas de crédito rural, sobretudo diante das dificuldades de reprodução social da família, resultantes do endividamento e da dificuldade de ampliar o acesso a terra e expandir a produção. A organização do movimento de mulheres pode ser entendida como uma das estratégias para lhes garantir um mínimo de segurança através do direito ao benefício social da aposentadoria, bem como uma maneira de reforçar a luta do campesinato travada pelos sindicatos (CARNEIRO, 1994). Na medida em que as mulheres se tornam porta-vozes das reivindicações por melhorias nas condições de vida, comprometendo-se com a produção e a reprodução da família, também agregam demandas mais amplas por direitos sociais, estando, em primeiro lugar, o direito ao trabalho digno e aos benefícios sociais a ele relacionados.

“No caso da mulher rural, não se trata de reclamar por trabalho (ao contrário, ela não quer trabalhar ‘fora de casa’), mas de torná-lo visível, posto que é considerado socialmente como obrigação no exercício de seus papéis femininos. O desejo de ter uma profissão socialmente reconhecida é, principalmente entre as mulheres do Nordeste, uma pré-condição para que mudanças ocorram ao nível das relações homem-mulher, já que o seu trabalho, tanto dentro de casa como fora, não é valorizado” (CARNEIRO, 1994, p. 18).

É preciso problematizar a utilização da categoria trabalhadora rural enquanto parte de um projeto político e de propostas de transformação social apresentados por ONGs e sindicatos no campo. “A mulher no campo é pensada a partir de seu papel como ator político, ou seja, a partir de seu compromisso com uma determinada visão de participação no processo de transformação social que envolve lutas e reivindicações diversas” (CARNEIRO, 1995). A organização e a mobilização das mulheres, por meio de associações de agricultores e sindicatos, são percebidas como o meio de romper seu isolamento e conferir visibilidade à sua participação na produção. Desta forma, é enquanto trabalhadora, e não como esposa de agricultor ou dona de casa, que as mulheres conseguem ter acesso a “direitos” e à própria “cidadania”. M. J. Carneiro (1995) ainda chama a atenção para o caráter universalizante dessa categoria:

“Se, de um lado, a ênfase no aspecto produtivo se justifica politicamente pela necessidade de garantir direitos sociais em relação ao Estado, sobretudo os previdenciários, de outro, exclui a possibilidade de pensar e enxergar a mulher como sujeito de ações diversificadas, com inserções sociais que não estão, necessariamente, vinculadas à sua condição de produtora” (CARNEIRO, 1995, p. 51).

Trabalho – definindo o que faz a mulher

A atividade relacionada ao cultivo, manejo e uso de plantas medicinais é categorizada por essas mulheres paraibanas como trabalho (cuidar das plantas, preparar remédios, visitar outros agricultores, receber visitas de outros grupos e frequentar as reuniões), tanto no ambiente doméstico quanto público. Desta forma, é preciso compreender essa atividade dentro do sistema da agricultura familiar. Diferentemente de outras atividades para o autoconsumo que dependem exclusivamente do trabalho das mulheres, cultivar plantas e preparar remédios não se traduz como uma fonte de renda para essas famílias. Isso não significa que uso de remédios caseiros não seja percebido pelas mulheres como algo que impacte na economia doméstica. Pois,





ao mesmo tempo em que evita gastos na farmácia e com serviços médicos, permite estabelecer relações de troca com vizinhos e familiares.

É por meio da afirmação da identidade como trabalhadora rural que essas mulheres se envolvem nas atividades coletivas de aprendizado e manejo de plantas medicinais. Inseridas em iniciativas promovidas pelo sindicato, as tarefas produtivas antes englobadas pelo sistema econômico da agricultura familiar passam a ser destacadas como um trabalho específico, que inclui as mulheres no processo de produção. Ainda que este trabalho não seja remunerado, a experiência de sociabilidade, por meio de viagens, reuniões e visitas, e o aprendizado das práticas da agricultura familiar, são considerados recompensas. “Às vezes, as pessoas só trabalham se tiver o dinheiro na hora. A gente ganha o conhecimento, a amizade... O conhecimento, às vezes, faz com que a gente viva bem”, relata Dona Maria Isabel.

As recompensas decorrentes da maior participação na vida produtiva e social se concretizam na passagem de uma dimensão de vida privada para pública. As próprias mulheres reconhecem que, mesmo sem remuneração, o trabalho por si só vale a pena, embora isso nem sempre obtenha a concordância de maridos e familiares. Na base do conflito entre resultados concretos (construção de cisternas e cercados, compra de animais para criação, cultivo de hortaliças etc.) e subjetivos (conhecimento, amizade, reconhecimento etc.), pode estar a ênfase em um conteúdo econômico e político, com base em um *bias* produtivista, que resulta na dupla exploração da força de trabalho feminina, pois não há mudança na divisão sexual do trabalho doméstico (CARNEIRO, 1995, p. 56).

“Durante a semana, eu não sei em quantas eu me viro. Porque tem o trabalho do roçado, tem o trabalho da casa. Inclusive, a casa eu deixo que só Deus sabe. É muito trabalho numa casa. (...) É muitas coisas para fazer na faxina, nas plantas, e o tempo é pouco. (...) Agora são dois espaços. (...) Aí, tem coentro, tem pimentão, tem alface ao redor da cisterna. É muito trabalho para mim. Só é eu e meu marido, mas ele vai pro roçado, ele não me ajuda nas plantas” (Dona Maria Isabel).

Ausentar-se para participar de atividades do sindicato, de formações e até mesmo viajar, significa deixar de lado e acumular as atividades domésticas ou, ainda, na medida do possível, deixar tudo encaminhado, ou delegar as tarefas para outra mulher da família.

Conclusão

O processo de “resgate” da importância das plantas medicinais e de seu cultivo acontece em duas dimensões na Paraíba: a institucional (a partir da qual se organizam oficinas, mutirões e visitas de intercâmbio) e a individual (que fortalece os laços de solidariedade vicinal e comunitária, criando pequenos circuitos locais por onde circulam saberes, plantas e remédios).

Ao retomar práticas de cuidados com a saúde, com os animais e com a terra, consideradas tradicionais, essas trabalhadoras rurais implementam formas de resistência a situações de dominação em diferentes instâncias. Na dimensão prática e econômica, reivindicam maior visibilidade para o papel produtivo da mulher, pois poupam recursos escassos com gastos com os nem sempre eficazes “remédios de farmácia” (“dar esses xaropes de farmácia para os filhos, é o mesmo que dar água do pote”, como disse uma agricultora). Além de exercerem uma resistência a modelos produtivos globais dominantes, tanto na agricultura quanto nos cuidados com a saúde (marcados pela tendência à medicalização e à assistência individual



em detrimento de práticas de prevenção), elas constroem uma identidade positiva para si próprias e redefinem seus papéis enquanto sujeitos.

“Esse trabalho deixou as mulheres mais inteligentes, porque a gente, mulher, tem um problema de sair de casa. Antes, ficava só na beira do fogão, lavando, cuidado de comida, no roçado, e, agora, pelo menos a gente vai conhecer gente, se distrai, aprende a fazer um remédio, aprende a fazer uma comida, aprende várias coisas. Aprendemos a nos envolver com as pessoas, porque eu era quase como um bicho do mato, não tinha coragem para nada, era só dentro de casa. E agora, a gente aprende a conversar, a falar sobre uma experiência, falar o que tem vontade de ter para o sítio. Eu, por exemplo, não tinha água, tomava água de longe de cacimba, hoje já tenho minha cisterna” (Dona Maria Inês).

Sair de casa para participar de reuniões, mutirões, oficinas, ajudar um vizinho em necessidade são formas de reforçar estruturas de reciprocidade, mas são, sobretudo, formas de se recolocarem no mundo, de não mais serem “bichos do mato”. Desse movimento emerge uma identidade coletiva de mulheres guardiãs de saberes, um sujeito político coletivo cujos saberes são instrumentos de uma luta por poder. Vale notar que o debate e a conscientização sobre a desigualdade de gênero não necessariamente promove uma ruptura com os papéis associados ao feminino, como a responsabilidade pelos cuidados com a família, o lar e os “arredores de casa”.

A dimensão local dessas práticas no agreste paraibano aponta para a emergência das questões relativas à igualdade de gênero, sinal que há um profundo processo de transformação em curso nas relações familiares, nas relações produtivas e na relação com o meio ambiente iniciado há algumas décadas.

O que as trabalhadoras rurais identificam como o “resgate” desses conhecimentos é um processo de circulação e atualização. A fonte desses saberes tanto pode ser a memória e a herança familiar de hábitos alimentares e de cuidados com a saúde, como podem ser oficinas com profissionais de saúde e especialistas. Elas explicam, com naturalidade, que esse sistema de conhecimentos está sendo usado para transformar o mundo, para evitar o “desmantelo”¹⁴, para “tornar as mulheres mais inteligentes”, para promover a saúde, levando as mudanças concretas que elas próprias têm experimentado dentro e fora de casa.

NOTAS

¹ O termo resgate é, neste trabalho, utilizado como uma categoria criada pelos próprios grupos pesquisados.

² Segundo o website da ONG AS-PTA, uma das principais organizações não governamentais de assessoria técnica parceiras do Polo, “o Programa de Desenvolvimento Local do Agreste da Paraíba”, concentra sua ação em 15 municípios compreendidos pela área de abrangência do Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema: Lagoa Seca, Casserengue, Queimadas, Massaranduba, Solânea, São Sebastião de Lagoa da Roça, Esperança, Arara, Remígio, Areal, Montadas, Alagoa Nova, Matinhas, Juazeirinho e Soledade. A estratégia do programa está orientada para apoiar o aprimoramento das capacidades técnicas, metodológicas, sócio-organizativas e políticas das organizações vinculadas ao Polo para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região, baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia. O Polo da Borborema é formado por uma rede de 15 sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STRs), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos. Organizado em diferentes áreas temáticas – recursos hídricos, agrobiodiversidade, criação animal, saúde e alimentação, cultivos ecológicos, comercialização –, o Programa





assessora redes de inovação agroecológica que articulam mais de cinco mil famílias agricultoras do Território da Borborema”.

³ Além de todo acervo de sons e imagens provenientes dos registros feitos em campo, são parte desta pesquisa e fornecem dados valiosos para compreensão das práticas estudadas os documentários *Farmácia verde do sertão* (10 min., 2012), *Lambedor caseiro* (6 min, 2013) e *Cirandeiros da Paraíba* (6 min, 2013), sobre a Paraíba, e *Oficina de pomada e xarope da comunidade São Benedito* (5 min, 2011), *Mutirão do Lote XV* (9 min) e *I Feira Sabores e Saberes do Conhecimento Tradicional* (6 min, 2013), sobre o Rio de Janeiro. O acesso está disponível na internet por meio do website www.inarra.com.br.

⁴ A pesquisa *Folhas e curas em imagens: a circulação do conhecimento no Rio de Janeiro e na Paraíba* foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do grau de doutoramento em junho de 2013, sob orientação de Clarice Ehlers Peixoto.

⁵ É preciso situar o uso do termo “agricultura familiar”, definido por estudos sobre agricultura no Brasil (WANDERLEY, 1994; ABRAMOVAY, 1991) e popularizado a partir da implantação de uma política pública de financiamento agrícola, o Pronaf, nos anos 1990. Para além dos parâmetros definidos pelo Estado, sua aplicação nesse trabalho tem o objetivo de especificar não só o tipo de relação de trabalho em um módulo de produção conjugal em que não há assalariamento, mas, sobretudo, as relações sociais que se estabelecem a partir dele envolvendo a transmissão de conhecimentos e patrimônio. Destaco as transformações sociais apontadas pela literatura que investiga o empobrecimento do campesinato, o avanço do modelo agroexportador sobre o modelo da agricultura familiar, acompanhando fenômenos como o aumento da concentração fundiária e a migração para as cidades nas últimas décadas (HEREDIA, 2008).

⁶ Um dos sistemas de microcrédito que funciona na região é o Fundo Rotativo Solidário: “Os FRS são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionados às comunidades camponesas, que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e que decidem reinvestir parte desta em prol da própria comunidade. O foco central da política dos fundos é fortalecer a solidariedade e o circuito da reciprocidade como práticas ancestrais do universo camponês e, simultaneamente, inserir a comunidade no circuito mercantil, via comercialização direta do excedente da agricultura familiar nas feiras locais e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).” (GONÇALVES, 2011, p. 251).

⁷ O mutirão é uma prática tradicional de solidariedade da sociedade rural que envolve uma obrigação do camponês com os vizinhos, seja por meio do trabalho no roçado de vizinhos quando uma força extra é necessária, seja ajudando em projetos de uso comum, como construção de cisternas, poços, tanques etc. Conforme ressalta A. Candido (1964), é elemento integrante da sociabilidade do grupo, que, dessa forma, adquire consciência de unidade do bairro local.

⁸ Embora o autoconsumo de grande parte da produção seja estimulado, é preciso ressaltar que não há autossuficiência na economia camponesa (GARCIA JR. & HEREDIA, 2009, p. 234) e a ênfase na produção para autoconsumo visa a diminuir a dependência do mercado e promover a segurança alimentar ao diversificar a produção, incluindo frutas e hortaliças nos cultivos dos “arredores de casa” como complementares às roças mais tradicionais.

⁹ A transição agroecológica consiste no processo de mudança implementados pelos agricultores experimentadores:

“Como estratégia de desenvolvimento rural, a perspectiva agroecológica supõe um processo de transição, entendido como a sequência das etapas de construção progressiva e multilinear de sistemas produtivos locais para agriculturas sustentáveis, acompanhado de conhecimentos e de aumento das capacidades de análise dos agricultores sobre as interações entre o agroecossistema e as práticas locais” (2012, p. 5).

¹⁰ Descrição da AS-PTA em seu website <http://antigo.aspta.org.br/programa-paraiba/agrofloresta/intercambio-estimula-adocao-de-praticas-agroecologicas-na-borborema>.

¹¹ “A aprendizagem coletiva corresponde a uma representação da organização que valoriza a experiência e o comportamento dos sujeitos (Olson, 1966; Midler, 1994). Neste sentido, tem a ver com os conhecimentos “coletivizados” que os indivíduos mobilizam por meio de experiências coletivas, ou seja, por meio da ação (Learning by doing) ou da organização, e segundo uma racionalidade de tipo procedural (MARCH; SIMON, 1971; REYNAUD, 1993)”. (SABOURIN, 2001, p. 38).





¹² “Revolução Verde” é o termo utilizado para denominar um modelo de produção agrícola tecnológico baseado em insumos químicos (fertilizantes, pesticidas) para o aumento de produtividade que passou a se tornar dominante a partir da segunda metade do século XX.

¹³ “Margarida se destacou como liderança dos trabalhadores rurais na luta pelos direitos sociais, alguns já conquistados pelos trabalhadores urbanos. Lutou pelo registro do trabalho em carteira, pela jornada de 8 horas de trabalho, pelo 13º salário, férias e repouso remunerado. (...) A dedicação e a coragem de Margarida na mobilização de trabalhadores rurais do brejo paraibano repercutiram na Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e em mais 32 municípios rurais” (BRAZIL; SCHUMAHER, 2000, p. 361). Margarida é hoje personagem-símbolo das lutas sociais no campo e das trabalhadoras rurais. Ela foi assassinada em 1983 e o caso ganhou grande repercussão na mídia. Em sua homenagem, o maior evento de mobilização das trabalhadoras rurais no Brasil foi nomeado “Marcha das Margaridas”, e o termo “margarida” também se tornou sinônimo de trabalhadora rural.

¹⁴ Desmantelo era um termo muito usado por Dona Inês e Dona Isabel para descrever situações de vulnerabilidade social, crises familiares e pobreza, entre outros dramas recorrentes. A palavra é relativa ao substantivo mantel (“espécie de vestimenta”, “toalha de mesa ou de altar”), derivado do idioma francês antigo, que acabou virando manteau, procedente do latim mantellum, que significa o diminutivo de manto (“cobertura, capa, véu”) (CUNHA, 1982, p. 497). Confrontando o sentido do uso local da palavra desmantelo com sua etimologia, podemos chegar a uma nova interpretação, levando em conta que desmantelar é também perder um adorno que cobre um elemento central do ritual católico, o altar, que simboliza a mesa da última ceia, onde ritualisticamente se repete a oferta do corpo e do sangue de Jesus. A manta separa a mesa/altar da matéria sagrada; assim, podemos interpretar o termo desmantelar como a perda de uma interface entre o espírito e a matéria.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. Formas de solidariedade (1964). In: WELCH, Clifford Andrew [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v. 1. São Paulo: UNESP, 2009.
- CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. especial, 2º semestre, p. 271-290, 1994.
- CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 2, junho, p. 11-22, 1994.
- CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. A mulher rural no discurso dos mediadores. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 5, p. 45-57, 1995.
- COMMEFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- GARCIA JR., A. R., HEREDIA, B. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P., MENEZES, M. A., MARIN, R.A. (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*, v. 2. São Paulo: UNESP, 2009.
- GONÇALVES, Alicia Ferreira. *Desenvolvimento, mercado e política sociais em comunidades camponesas no Estado da Paraíba*. Rio de Janeiro, *IDeAS*, v. 5, n. 1, 2011.
- HEREDIA, Beatriz M. A. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (org). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas tuteladas de condição camponesa*, v. 1. São Paulo: UNESP, 2008.





PIRAUX, M.; SILVEIRA, L.; DINIZ, P.; DUQUE, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 5-29, abr. 2012.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.16, p. 37-61, abr. 2001.

SILVEIRA, Luciano M.; FREIRE, Adriana G.; DINIZ, Paulo C. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2010.

